RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.
Ano V, v.1 2025. | submissão: 25/09/2025 | aceito: 27/09/2025 | publicação: 29/09/2025

O FRACASSO ESCOLAR E A GESTÃO EDUCACIONAL – Um estudo de caso no município de Ibiracatu– MG

School Failure and Educational Management – A Case Study in the Municipality of Ibiracatu, Minas Gerais

Maria Regina Boroni da Mata

RESUMO

O fracasso escolar é um tema de grande relevância no campo da educação, caracterizado por uma série de fatores interligados que afetam negativamente o desempenho acadêmico dos alunos. Este trabalho científico é um estudo de caso realizado na Escola Estadual Maria Barbosa Leite no município de Ibiracatu – MG, no qual explora as principais causas do fracasso escolar, incluindo desigualdades socioeconômicas, dificuldades de aprendizagem, desengajamento e a importância da gestão educacional na formulação e implementação de estratégias eficazes para enfrentar esses desafios. Assim, objetivou-se com esse trabalho analisar a relação existente entre a gestão educacional de ensino e as possíveis causas do fracasso escolar. A pesquisa é qualitativa com abordagem de revisão de literatura e pesquisa documental, bem como pesquisa de campo realizada por meio da aplicação de formulário *Google Forms* aos docentes e descritiva dos fatos. Os resultados indicaram que uma gestão democrática, bem como a adoção de políticas inclusivas, a adequada alocação de recursos, a formação contínua de professores e a criação de um ambiente escolar acolhedor são medidas essenciais para reduzir o fracasso escolar e melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem.
Palavras-chave: Fracasso escolar. Gestão pública. Gestão democrática.

ABSTRACT

School failure is a topic of great relevance in the field of education, characterized by a series of interconnected factors that negatively affect students' academic performance. This scientific work is a case study carried out at the Maria Barbosa Leite State School in the municipality of Ibiracatu – MG, in which it explores the main causes of school failure, including socioeconomic inequalities, learning difficulties, disengagement and the importance of educational management in the formulation and implementing effective strategies to address these challenges. Thus, the objective of this work was to analyze the relationship between educational teaching management and the possible causes of school failure. The research is qualitative with a literature review and documentary research approach, as well as field research carried out by applying a Google form to teachers and describing the facts. The results indicated that democratic management, as well as the adoption of inclusive policies, adequate allocation of resources, continuous teacher training and the creation of a welcoming school environment are essential measures to reduce school failure and improve the quality of teaching and of learning.
Keywords: School failure. Public management. Democratic management.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

1. INTRODUÇÃO

O conceito de gestão envolve a mobilização de recursos e procedimentos para atingir objetivos organizacionais, englobando aspectos gerenciais e técnico-administrativos (LIBÂNEO *et al*., 2008) e demandando decisões estratégicas alinhadas ao contexto e aos recursos disponíveis (GARAY, 2011). No contexto educacional brasileiro, a Gestão Educacional emergiu como uma evolução da administração escolar, destacando-se desde a redemocratização nacional e consolidada na Constituição Federal de 1988, com ênfase na participação coletiva e democrática dos agentes educacionais (COLARES; COLARES, 2003).

A gestão escolar compreende práticas e ações desenvolvidas por diretores, coordenadores e supervisores, com o objetivo de criar um ambiente propício à aprendizagem e ao desenvolvimento integral dos alunos, assegurando a qualidade dos processos educativos. A análise da gestão educacional nas escolas públicas revela desafios relacionados à implementação de práticas democráticas, à autonomia docente e à equidade do ensino, exigindo proposições que promovam a melhoria contínua do ambiente escolar (SOARES; COLARES, 2020). A metáfora da rosa, proposta por Colares, Soares e Cardozo (2021), ilustra essa complexidade: o poder público corresponde ao pedúnculo, as políticas públicas ao receptáculo, os desafios escolares às sépalas e os atores educacionais às pétalas, evidenciando a interdependência entre políticas, gestão e prática pedagógica.

Entre os desafios enfrentados pela gestão educacional, o fracasso escolar se destaca por seus impactos sociais e econômicos, incluindo desperdício de recursos, desigualdade de oportunidades e perpetuação do ciclo de pobreza. Este fenômeno manifesta-se em baixo rendimento acadêmico, repetência, evasão e desmotivação dos alunos, demandando estratégias efetivas para promover educação de qualidade e equitativa (LIMA, 2014; POZZOBON; MAHENDRA; MARIN, 2017). A gestão educacional eficiente emerge, assim, como instrumento central para prevenção e intervenção, permitindo a organização de recursos, políticas e práticas pedagógicas adequadas às necessidades dos estudantes.

Diante desse cenário, a gestão educacional desempenha papel crucial na identificação e mitigação do fracasso escolar, garantindo que todos os estudantes tenham acesso à educação de qualidade e apoio no seu desenvolvimento acadêmico e pessoal. Assim, o presente estudo tem como objetivo geral analisar a relação entre a gestão educacional e as possíveis causas do

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

fracasso escolar, buscando compreender os fatores que influenciam esse fenômeno, investigar estratégias de gestão para construção de um ambiente escolar inclusivo e equitativo e identificar políticas públicas voltadas à redução do índice de fracasso escolar. A relevância deste estudo reside na necessidade de preencher lacunas de conhecimento acerca da prevenção e intervenção no fracasso escolar, subsidiando práticas pedagógicas e administrativas mais eficazes e promovendo uma educação democrática, inclusiva e de qualidade.

1 BREVES REFLEXÕES ACERCA DA GESTÃO PÚBLICA E DEMOCRÁTICA E O FRACASSO ESCOLAR

1.1 Gestão pública

A gestão pública constitui um campo da administração voltado para o setor público, tendo como responsabilidade central a promoção do interesse coletivo em áreas essenciais, como educação, saúde, habitação, trabalho e redução das desigualdades sociais. Nesse contexto, os profissionais que atuam nesses departamentos são denominados gestores públicos, aos quais compete planejar, implementar e fiscalizar políticas e ações destinadas ao desenvolvimento nacional, em âmbito municipal, estadual e federal (BRASIL, 2018).

Assim, a gestão pública tem como finalidade assegurar o desenvolvimento socioeconômico de um país, por meio da adoção de estratégias eficientes e da escuta ativa da sociedade. Mais do que implementar políticas assistencialistas, busca-se o aprimoramento social, especialmente no atendimento às populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica (VIEIRA; BARRETO, 2019).

Nesse cenário, destacam-se as organizações não governamentais, as entidades filantrópicas e as empresas estatais, que exercem papel relevante na consolidação das políticas públicas e democráticas. Tais instituições diferenciam-se pela finalidade de atuação: enquanto as organizações privadas tendem a priorizar o crescimento econômico e a geração de lucros, as instituições públicas e sociais têm como objetivo central a prestação de serviços de qualidade à coletividade, com foco na garantia de direitos sociais e no fortalecimento da cidadania (BRASIL, 2018).

Atualmente, reconhece-se que a gestão pública e a gestão privada apresentam diferenças significativas quanto à natureza dos recursos e aos objetivos, ainda que compartilhem algumas práticas administrativas. Enquanto a administração privada está voltada para interesses particulares, a administração pública direciona-se ao atendimento do bem comum, destinando suas ações a toda a sociedade (BERGUE, 2019).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Dessa forma, a administração pública tem por missão central promover o bem-estar social coletivo, por meio de políticas, estratégias e legislações que visam à formação cidadã, à ampliação do acesso a direitos e ao fortalecimento das condições socioeconômicas da população brasileira (VIEIRA; BARRETO, 2019).

4.2 Gestão democrática

A gestão democrática é uma vertente da gestão pública que se realiza por meio da deliberação, do fomento e da implementação de programas voltados ao atendimento das necessidades de uma determinada comunidade. Nesse contexto, Cária e Andrade (2016, p.10) destacam que:

> [...] a gestão democrática da escola, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União, as reflexões apresentadas [...] parece-nos oportuna pelo que representa diante dos desafios que o contendo socioeconômico e político propõe à tarefa educativa.

Segundo Miranda e Sá (2017), a gestão pública se efetiva por meio da gestão democrática quando há conhecimento aprofundado da comunidade escolar e participação ativa na elaboração de documentos institucionais, como a proposta pedagógica e o regimento escolar interno. Além disso, envolve a presença da comunidade em eventos e reuniões didático-administrativas, fortalecendo a integração entre escola, alunos e famílias.

Nesse sentido, a escola se estrutura a partir de relações formais e humanizadas, tendo o aluno como centro do processo educativo. Este necessita de escuta, diálogo e oportunidades de aprendizagem que o possibilitem desenvolver competências críticas e participar de forma consciente da sociedade.

Cária e Andrade (2016, p.10) ressaltam que, embora o termo “gestão” substitua frequentemente “administração” e “gestor” substitua “diretor”, a comunidade escolar e os profissionais da educação ainda aguardam a implementação plena de uma gestão democrática, especialmente nas escolas de nível básico, mais impactadas pela municipalização.

Percebe-se, portanto, que os conceitos de administração e gestão adquiriram novos significados ao longo do tempo, conforme o contexto histórico e social. A gestão democrática contemporânea surge a partir de políticas educacionais modernas e da participação efetiva de diferentes segmentos sociais, em um sistema de ensino público e gratuito, que visa assegurar o desenvolvimento integral do estudante e o fortalecimento da cidadania.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

4.3 O que é Fracasso escolar?

A dificuldade de aprendizagem decorre de múltiplos fatores, incluindo desmotivação, indisciplina e limitações cognitivas ou socioemocionais. De maneira geral, ocorre quando o estudante não atinge os conhecimentos mínimos exigidos pelo sistema educacional, deixando de cumprir as metas de desempenho acadêmico estabelecidas (UNICEF, 2022). Tal situação pode resultar em reprovação, evasão escolar e distorção idade-série, fenômenos que refletem desafios estruturais do sistema educativo brasileiro.

Segundo o Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2022, p. 1):

> O debate sobre a cultura do fracasso escolar precisa se disseminar para toda a sociedade e o registro desses dados pode ser um ponto de partida para a identificação da reprovação como um desafio a ser enfrentado coletivamente e que pode conduzir à promoção de maior equidade.

O fracasso escolar configura-se, portanto, como um problema nacional, com impactos sociais, econômicos e culturais. Estudantes que não obtêm sucesso em seus estudos enfrentam consequências que vão desde a distorção idade-série até o abandono escolar, refletindo defasagens na absorção de conteúdos didático-científicos e técnico-científicos.

Entre as causas do insucesso escolar, destacam-se fatores pessoais (dedicação, disciplina, motivação), afetivos (relações aluno-professor), familiares (incentivo dos pais, formação acadêmica) e institucionais (qualidade do ensino, práticas pedagógicas e gestão escolar) (BARDIN, 2011). Nesse sentido, Sousa, Nobrega e Freitas (2022, p. 246) afirmam:

> Pensar o insucesso escolar como produzido unicamente pelo sujeito ou como sendo consequência do contexto sociocultural em que ele se insere, atribuindo-lhe, acriticamente, a responsabilidade em relação a um fenômeno psicossocial de natureza complexa (fracasso escolar), significa subverte a ordem das coisas, recorrendo a subterfúgios ideológicos e reducionistas para legitimar as desigualdades no âmbito social.

Os fatores socioeconômicos, culturais e éticos, bem como a estrutura familiar, equilíbrio emocional e papéis sociais do estudante, influenciam significativamente o desempenho escolar. Nesse contexto, cabe à escola adotar estratégias inclusivas e preventivas, de modo a não reproduzir exclusão ou desigualdade (VIEIRA JÚNIOR, 2018).

O fracasso escolar manifesta-se em diferentes modalidades: dificuldades em conteúdos específicos, desempenho abaixo da média, problemas emocionais ou isolados e dificuldades persistentes ao longo do tempo (BARDIN, 2011). Consequentemente, o aluno que não conclui a escolaridade mínima sofre impactos socioeconômicos e laborais na vida adulta, enquanto professores e familiares enfrentam desafios adicionais na promoção de aprendizagem efetiva.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Para mitigar o fracasso escolar, é necessária a intervenção pedagógica sistemática, envolvendo planejamento educacional, acompanhamento contínuo do desempenho, estratégias diferenciadas de ensino e suporte psicopedagógico. O engajamento de alunos, professores, familiares e especialistas constitui um elemento central para a efetivação de políticas educacionais inclusivas e equitativas (VIEIRA JÚNIOR, 2018).

Em síntese, o fracasso escolar é um fenômeno multifatorial que reflete a complexidade do processo educativo, exigindo abordagem integrada, que considere dimensões individuais, familiares, institucionais e sociais. A compreensão crítica desse problema é essencial para a formulação de estratégias pedagógicas e políticas públicas capazes de promover a equidade e a qualidade da educação.

4.4 Fatores que interferem no fracasso escolar

A interação entre família e escola constitui um elemento central para o desenvolvimento educacional do aluno, sendo essencial para a promoção de aprendizagens significativas. A literatura atual enfatiza que o apoio dos pais ou responsáveis é determinante para o desempenho acadêmico, embora se observe uma relativa ausência de envolvimento familiar no cotidiano escolar, o que gera dificuldades na consolidação de habilidades e competências dos estudantes (BERNADO; CHRISTOVÃO, 2016).

A Lei nº 9.394/1996, ao tratar dos Princípios e Fins da Educação Nacional, reforça a corresponsabilidade entre família e Estado, ao estabelecer, em seu artigo 2º, que:

> A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 2017 p. 8).

Nesse contexto, a compreensão da influência familiar no processo educacional permite ao professor identificar atitudes, dificuldades e necessidades do aluno, favorecendo intervenções pedagógicas mais adequadas. Virginio (2022, p. 2) destaca que a colaboração entre família e escola contribui para que o professor compreenda as experiências diárias da criança, promovendo seu desenvolvimento integral e preparando-a para a vida em sociedade.

Além disso, a participação ativa da família é considerada um fator protetor contra o fracasso escolar. Quando ausente, os pais reduzem as oportunidades de acompanhamento do desempenho acadêmico e do desenvolvimento socioemocional dos filhos. Nos Estados Unidos, estudos como o Relatório Coleman (1966) demonstraram que características familiares, inclu-

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

indo status socioeconômico e aspirações educacionais, explicam mais as diferenças de desempenho escolar do que fatores intraescolares ou características do corpo docente (BERNADO; CHRISTOVÃO, 2016).

No Brasil, observa-se que famílias de baixa renda enfrentam barreiras significativas para acompanhar e apoiar o processo educacional, o que impacta diretamente nos resultados escolares e amplia desigualdades de aprendizagem. Tal realidade evidencia a necessidade de políticas escolares inclusivas e estratégias pedagógicas que promovam maior integração entre família e escola.

Segundo Virginio (2022), a participação familiar é especialmente relevante quando o professor realiza intervenções pedagógicas, pois a formação intelectual do aluno ultrapassa os muros da escola e é influenciada pelo incentivo familiar e pelo desenvolvimento do autodidatismo. Vieira e Vidal (2020) corroboram que a aprendizagem significativa depende da articulação entre os diferentes agentes educacionais, incluindo professores, gestores e familiares, em um esforço coletivo voltado à qualidade da educação.

Portanto, a relação entre família e escola constitui um fator determinante para o sucesso escolar, sendo necessária a articulação de esforços para promover participação efetiva, acompanhamento contínuo e intervenções pedagógicas adequadas. O fortalecimento desse vínculo contribui para a redução de desigualdades educacionais, para a valorização do processo de aprendizagem e para o desenvolvimento integral do aluno.

4.5 Políticas públicas de combate ao fracasso escolar

O combate ao fracasso escolar constitui uma preocupação central em diversos sistemas educacionais ao redor do mundo, visto que suas implicações extrapolam o desempenho individual dos alunos, afetando também a sociedade, por meio de desigualdades socioeconômicas, restrição de oportunidades e exclusão social. Nesse contexto, as políticas públicas assumem papel estratégico na promoção de ambientes educacionais inclusivos e na garantia do sucesso acadêmico de todos os estudantes.

As políticas públicas podem ser definidas como ações governamentais, com ou sem participação da sociedade, voltadas à concretização de direitos sociais e humanos assegurados em lei (MATIAS-PEREIRA, 2012). Elas são concebidas para enfrentar problemas sociais identificados nas agendas governamentais (SECCHI, 2016) e se estruturam em programas, projetos e ações que devem ser avaliados e monitorados antes, durante e após sua

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

implementação, de modo a garantir a efetividade dos objetivos e resultados (ZUCATTO *et al*., 2023).

No âmbito educacional, o Estado estabelece políticas públicas que visam fornecer condições e metodologias adequadas à formação integral dos estudantes. Nesse sentido, Setubal (2000) observa que a implementação de políticas educacionais orientadas para a formação cidadã transcende a dimensão instrumental de destinação de recursos, englobando uma dimensão cultural essencial para assegurar, na escola, acesso ao conhecimento e aos valores éticos, democráticos e sociais. Os direitos humanos orientam a educação, privilegiando a convivência social, a comunicação, a interação, o respeito à diversidade, as decisões coletivas, a solidariedade e a justiça social.

O desempenho educacional de alunos de famílias de baixa renda está diretamente relacionado ao custo de oportunidade do trabalho infantil, ou seja, a necessidade de gerar renda imediata pode levar à evasão escolar (LANGONI, 2005). Hanushek e Woessmann (2008) ressaltam que choques negativos de renda familiar podem impactar o êxito escolar, sendo mitigados pela melhoria da qualidade do ensino e dos insumos educacionais em casa.

Nesse contexto, políticas públicas educacionais funcionam como instrumentos de redistribuição de funções e oportunidades, com o objetivo de reduzir desigualdades e promover educação de qualidade para todos (PEREIRA E GUIMARÃES, 2016). Exemplos de tais políticas no Brasil incluem o Programa Bolsa Escola e o Programa Bolsa Família, que condicionam a transferência de renda à frequência escolar, incentivando a permanência dos alunos na escola e, consequentemente, reduzindo o fracasso e a evasão escolar (BRANDÃO; PEREIRA; DALT, 2013).

O Programa Bolsa Família, além de reduzir a pobreza, estabelece compromissos relacionados à educação e à saúde. Entre as condicionalidades educacionais, destaca-se a exigência de matrícula e frequência mínima de 85% para crianças e 75% para adolescentes nas escolas (BRANDÃO; PEREIRA; DALT, 2013). Outro exemplo é o Programa Pé de Meia, que oferece incentivo financeiro na forma de poupança, destinado à permanência e conclusão do ensino médio em escolas públicas (BRASIL, 2024), contribuindo para a redução da evasão escolar e mitigando o fracasso acadêmico.

Portanto, políticas públicas educacionais buscam regulamentar e oferecer condições adequadas para a formação humana, promovendo equidade e inclusão social. A integração entre medidas governamentais e participação da comunidade escolar torna-se fundamental para

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

enfrentar o fracasso escolar e assegurar o direito à educação de qualidade, em consonância com os princípios de justiça social e cidadania.

2. METODOLOGIA

A pesquisa adotou abordagem bibliográfica e documental, revisando literatura sobre fracasso escolar, estratégias de intervenção, políticas educacionais e legislação vigente, bem como analisando regulamentos internos e o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da instituição, permitindo a construção de um referencial teórico consistente.

O estudo foi realizado em Ibiracatu (MG), com 31 professores da rede pública estadual, por meio de questionário aplicado via *Google Forms*, composto por nove questões de múltipla escolha e uma aberta, visando identificar percepções sobre os fatores que contribuem para o fracasso escolar, além de caracterizar o perfil e a experiência docente.

As respostas foram analisadas pelo método de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011), possibilitando interpretação sistemática dos dados coletados e fundamentando as discussões. A instituição pesquisada atende 373 alunos em diferentes etapas de ensino (Fundamental I e II, Ensino Médio Tempo Integral com curso técnico em informática e Novo Ensino Médio), contando com 78 servidores e organização em três turnos, refletindo sua diversidade e abrangência educacional.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra da pesquisa contou com 31 professores de variados componentes curriculares, o que proporcionou uma abordagem holística sobre o fracasso escolar. Do total, 58,1% eram do sexo feminino e 41,9% do sexo masculino, com predominância na faixa etária de 34 a 40 anos (38,7%), seguida de 41 a 53 anos (35,5%), 23 a 33 anos (16,1%) e acima de 54 anos (9,7%). Quanto à formação, 51,6% possuem graduação, 41,9% pós-graduação e 6,5% mestrado. A experiência docente variou de 1 a mais de 16 anos, sendo 38,7% com 9 a 15 anos, 35,5% com 4 a 8 anos, 16,1% com 1 a 3 anos e 9,7% acima de 16 anos. A atuação predominou no ensino regular fundamental e médio (63,3%), seguida do ensino profissionalizante (26,7%) e da educação integral (10%). Essa diversidade possibilita uma compreensão ampla dos fatores que influenciam o desempenho estudantil, considerando diferentes perspectivas e experiências pedagógicas.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Em relação à compreensão do fracasso escolar, 44,8% dos professores o definem como reprovação e evasão escolar, enquanto 55,2% entendem como a não apropriação do aprendizado pelo aluno. Essa distinção revela a importância de considerar tanto indicadores quantitativos — como reprovação e evasão, mensuráveis por notas e frequência — quanto qualitativos, relacionados à internalização do conhecimento e à capacidade de aplicar conceitos aprendidos. Essa perspectiva ampla indica a necessidade de políticas e práticas pedagógicas que abordem simultaneamente os aspectos objetivos e subjetivos do aprendizado.

Sobre os fatores que interferem no fracasso escolar, 58,6% dos professores destacaram o desinteresse do aluno, o desrespeito à singularidade e questões relacionadas à qualidade de vida, evidenciando a influência de aspectos socioemocionais e contextuais no desempenho educacional. Indisciplina, baixa participação da família e bullying foram citados por 20,7% dos docentes, enquanto problemas cognitivos responderam por 13,8% e metodologia inadequada por 6,9%. Esses resultados reforçam a complexidade do fenômeno, demonstrando que as dificuldades de aprendizagem decorrem de múltiplas dimensões — individual, pedagógica e social — que devem ser consideradas na formulação de estratégias de intervenção.

Quanto às ações de combate ao fracasso escolar, 38,7% dos professores apontaram a capacitação continuada como a medida mais relevante, seguida pela reanálise da metodologia de ensino (32,3%), uso de tecnologia para aulas interativas (16,1%) e ações educativas voltadas ao combate ao racismo e bullying (12,9%). A capacitação docente é essencial para que professores desenvolvam competências atualizadas e abordagens adaptadas à diversidade de alunos, enquanto a revisão metodológica contribui para a adequação do ensino às necessidades individuais. A utilização de tecnologias educacionais e a implementação de ações socioemocionais complementam essas estratégias, favorecendo um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e motivador.

Além disso, a pesquisa apontou que o fracasso escolar está relacionado ao desinteresse do aluno, o desrespeito à singularidade e questões relacionadas à qualidade de vida, evidenciando a complexidade do fenômeno e a importância de considerar aspectos individuais e contextuais. Outros elementos relevantes incluem indisciplina, baixa participação familiar, bullying, dificuldades cognitivas e metodologias de ensino inadequadas, que, isoladamente ou em conjunto, comprometem o engajamento, a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos estudantes. Esses achados ressaltam a necessidade de intervenções educacionais integradas, que envolvam estratégias pedagógicas adaptadas, suporte socioemocional e participação familiar, a

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

fim de promover ambientes escolares inclusivos, reduzir a evasão e favorecer o sucesso acadêmico.

A gestão democrática, destacada pelos participantes, desempenha papel estratégico no enfrentamento do fracasso escolar. Esse modelo envolve a participação ativa de toda a comunidade escolar — professores, alunos, pais, equipe pedagógica e demais funcionários — em decisões organizacionais, promovendo transparência, inclusão e colaboração. Além de fortalecer a participação social, a gestão democrática permite implementar programas de suporte individualizado, como tutoria, aconselhamento, atividades extracurriculares e mentorias, que auxiliam alunos em risco de insucesso escolar, elevando sua autoestima e engajamento acadêmico.

Por fim, políticas públicas e programas educacionais contribuem diretamente para a mitigação do fracasso escolar. Iniciativas como Bolsa Família, Mais Educação, Programa de Apoio ao Estudante e Pé-de-Meia fortalecem a permanência dos alunos na escola, aumentam a inclusão de grupos minoritários e ampliam o acesso a recursos pedagógicos. Tais programas favorecem a equidade educacional, apoiam o desenvolvimento cognitivo e socioemocional e complementam o trabalho docente, proporcionando condições para que todos os estudantes alcancem sucesso acadêmico.

Em conjunto, os resultados indicam que o enfrentamento do fracasso escolar requer uma abordagem integrada, que considere fatores individuais, pedagógicos e contextuais. A articulação entre capacitação docente, metodologias adaptativas, gestão democrática e políticas públicas é fundamental para criar um ambiente escolar inclusivo e propício ao aprendizado efetivo, minimizando desigualdades e promovendo o sucesso de todos os alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão democrática aliada a políticas públicas eficazes é fundamental para enfrentar o fracasso escolar, ao promover ambientes inclusivos, participativos e eficazes, nos quais professores, alunos, pais, funcionários e a comunidade externa participam ativamente das decisões educacionais. Essa participação favorece a identificação precoce de problemas, a implementação de soluções adequadas e o fortalecimento de um clima escolar de valorização e engajamento, contribuindo para a melhoria do desempenho acadêmico e a redução da evasão. A transparência, a responsabilidade e a capacitação continuada dos educadores asseguram práticas pedagógicas adaptadas às necessidades dos alunos e a promoção de uma educação de

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

qualidade. Políticas que combatem bullying e discriminação, associadas ao envolvimento familiar e comunitário, criam redes de suporte que potencializam o aprendizado e previnem dificuldades escolares. O financiamento adequado, a valorização docente, a equidade de acesso e a inovação pedagógica são condições essenciais para um ambiente propício ao desenvolvimento integral dos estudantes. Dessa forma, a gestão democrática e políticas públicas robustas não apenas melhoram o desempenho escolar, mas também contribuem para a formação de cidadãos críticos, engajados e preparados para os desafios sociais, evidenciando a relevância de novas pesquisas e debates sobre o fracasso escolar e a implementação de práticas educativas mais efetivas.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BERGUE, S. T. **Gestão de pessoas: liderança e competências para o setor público.** Brasília: Enap, 2019.

BERNADO, E. S.; CHRISTOVÃO, A. C. **Tempo de Escola e Gestão Democrática: o Programa Mais Educação e o IDEB em busca da qualidade da educação**. Educ.Real., Porto Alegre, v. 41, Nº 4, p. 1113-1140, Dec. 2016. https://doi.org/10.1590/2175-623660597.

BRANDÃO, A.; PEREIRA, R. C.; DALT, S. Programa Bolsa Família: percepção no cotidiano da escola. **Política & Trabalho: revista de ciências sociais**, [S. l.], v. 1, n. 38, 2013. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/14312. Acesso em: 24 de maio de 2024.

BRASIL. **Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas**. Roberto Pires, Gabriela Lotta, Vanessa Elias de Oliveira (orgs.). Brasília: Ipea: Enap, 2018.

BRASIL. **Governo Federal.** Programa Pé-de-Meia. Ministério da Educação. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/pe-de-meia. Acesso em: 24 de maio de 2024.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 24 de maio de 2024.

CARIA, N. P.; ANDRADE, N. L. **Gestão democrática na escola: em busca da participação e da liderança.** Rev. Elet. Educ. [online]. 2016, vol.10, n.3, pp.9-24. ISSN 1982 7199. Disponível em: https://doi.org/10.14244/198271991203. Acesso em: 24 de maio de 2024.

COLARES, A. A; COLARES, M. L. I. S. **Do autoritarismo repressivo à construção da democracia participativa**. Campinas – SP, Autores Associados, 2003.

COLARES, M. L. I. S., SOARES, L. V., CARDOZO, M. J. P. B. A gestão educacional como política: proposições na Escola Pública. **Holos**. 37(2), 1-20, 2021. DOI:

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

10.15628/holos.2021.12003. Disponível em: https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/12003. Acesso em: 10 jun. 2024.

GARAY, A. Gestão. In: CATTANI, A. D.; HOZLMANN, L. **Dicionário de trabalho e tecnologia**. 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2011.

HANUSHEK, E. A. E WOESSMANN, L. "The role of cognitive skills in economic developmen"t. **Journal of economic literature**, v. 46, no. 3: 607-668. 2008.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas estrutura e organização.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LIMA, F. R. Entrelace entre dificuldades de aprendizagem e produção do fracasso escolar: Algumas ponderações teórico-práticas. **Psicologia. PT O Portal dos Psicólogos**, 2014. Disponível em: http://www. psicologia.pt/artigos/textos/A0784.pdf. Acesso em: 24 maio 2024.

MATIAS-PEREIRA, J. **Curso de planejamento governamental: foco nas políticas públicas e nos indicadores sociais**. São Paulo: Atlas, 2012.

MIRANDA, N. A.; SÁ, I. R.. Conselho de classe e avaliação da aprendizagem: instrumentos de gestão democrática na escola pública. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, [S.l.], Nº 16, p. 48-64, feb. 2017. ISSN 1519- 9029.

PEREIRA, A. M. F.; GUIMARÃES, L. T. Política pública de alfabetização ao combate do fracasso escolar tendo como referência as classes de aceleração de aprendizagem**. Anais do sciencult**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 247–262, 2016. Disponível em: https://anaisonline.uems.br/index.php/sciencult/article/view/3107. Acesso em: 24 maio. 2024.

POZZOBON, M.; MAHENDRA, F.; MARIN, A. Renomeando o fracasso escolar. **Psicol Esc Educ.** 2017;21(3):387-96. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2175-3539201702131120 Acesso em: 24 maio 2024.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Editora Cengage Learning, 2016.

SETUBAL, M. A. **Os programas de correção de fluxo no contexto das políticas educacionais contemporâneas**. Aberto, Brasília, v. 17, n. 71, p. 9-19, 2000.

SOARES, L. de V.; COLARES, M. L. I. S. A gestão democrática em revistas de educação do norte e nordeste do Brasil (2013-2020). Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - **Rev. Pemo,** [S. l.], v. 2, n. 3, p. e233857, 2020. DOI: 10.47149/pemo.v2i3.3857. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3857. Acesso em: 10 jun. 2024.

SOUSA, K. P. A.; NOBREGA, J. M.; FREITAS, R. M. Compreendendo o fracasso escolar como uma produção histórica e social**. Rev. NUFEN,** Belém, v. 11, Nº 1, p. 246-251, abr. 2019. Disponível em: http://dx.doi.org/10.26823/RevistadoNUFENºvol11.nº01resenha39. Acesso em: 24 de maio de 2024.

UNITED NATIONS INTERNATIONAL CHILDREN'S EMERGENCY FUND. **Enfrentamento da cultura do fracasso escolar: Um estudo sobre o impacto da reprovação escolar, do abandono escolar e da distorção idade-série em meninas e meninos brasileiros.**

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/relatorios/enfrentamento-da-cultura-do-fracasso-escolar. Acesso em: 24 de maio de 2024.

VIEIRA JÚNIOR, I. L. Fracasso escolar: as dificuldades no processo educativo. **Revista Humanidades e Inovação** v.5, Nº 7 – 2018, pp. 45-59.

VIEIRA, J. B.; BARRETO, R. T. S. **Governança, gestão de riscos e integridade.** Brasília: Enap, 2019.

VIEIRA, S. L.; VIDAL, E. M. **Gestão democrática da escola no brasil: desafios à implementação de um novo modelo**. Disponível em: 43 https://rieoei.org/historico/documentos/rie67a01.pdf. Acesso em: 24 de maio de 2024, p. 19-38.

VIRGINIO, R. M. A. **A integração entre pais e escola: a influência da família na educação infantil.** Disponível em: www.even3.com.br/Anais/Amplamentecursos/236190-A-INTEGRACAO-ENTREPAIS-E-ESCOLA---A-INFLUENCIA-DA-FAMILIA-NA-EDUCACAO-INFANTIL. Acesso em: 24 de maio de 2024.

ZUCATTO, L. C.; BEGNINI, K. C. F.; SCHERER, N.; GELOCH, R. B.; GIORDANI, E. M. **Políticas públicas para a educação básica: uma revisão sistemática de literatura**. Boletim de Conjuntura (BOCA), Boa Vista, v. 16, n. 47, p. 199–220, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.10183296. Disponível em: https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/2646. Acesso em: 24 maio. 2024.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.